PAUTA
PARA A 43ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 17 DE ABRIL DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 244, de 2012, de autoria da deputada Beth Sahão. Declara de utilidade pública a "Associação Educacional Colégio Jesus Adolescente", em Catanduva.

2 - Projeto de lei nº 245, de 2012, de autoria do deputado Fernando Capez. Impõe penalidades às entidades de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade em razão de ilícitos praticados por seus torcedores.

3 - Projeto de lei nº 246, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Classifica como Estância Turística o Município de Guatapará.

4 - Projeto de lei nº 247, de 2012, de autoria do deputado André Soares. Institui o "Dia Show da Fé".

5 - Projeto de lei nº 248, de 2012, de autoria do deputado Donisete Braga. Altera a redação do § 1º do artigo 1º da Lei nº 10.765, de 2001, que cria o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

6 - Projeto de lei nº 249, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Institui a criação do "Programa de Capacitação Integrada e Contínua da Defesa Civil" no Estado.

7 - Projeto de lei nº 250, de 2012, de autoria do deputado Celino Cardoso. Revoga o artigo 3º da Lei 14.171, de 2010, que elevou à categoria de Estrada Parque da Cantareira a Estrada da Roseira, que liga São Paulo a Mairiporã.

8 - Projeto de lei nº 251, de 2012, de autoria do deputado Estevam Galvão. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa do Pilar", em Ribeirão Pires.

9 - Projeto de lei nº 252, de 2012, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "Escola Viva Beatriz da Conceição", em São José do Rio Preto.

10 - Moção nº 28, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam os esforços necessários visando à aprovação do Projeto de Lei 4330/2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalhos decorrentes.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 228, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do ensino da Filosofia no currículo escolar do ensino fundamental.

2 - Projeto de lei nº 229, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Francisco Alonso Lucas" ao viaduto localizado no km 566 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Presidente Prudente.

3 - Projeto de lei nº 230, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Vereador João Prestes" à Rodovia SP 249, que liga os Municípios de Apiaí e Ribeirão Branco.

4 - Projeto de lei nº 231, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Institui o "Dia do Círculo de Orações".

5 - Projeto de lei nº 232, de 2012, de autoria do deputado Alencar Santana e outros. Dispõe sobre a obrigatoriedade de que as compras realizadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta recaiam sobre produtos industriais que tenham pelo menos 60% dos seus componentes ou peças fabricados no país.

6 - Projeto de lei nº 233, de 2012, de autoria do deputado Fernando Capez. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com entidades particulares, sem fins lucrativos, visando ao preenchimento de vagas de estágio para estudantes no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional.

7 - Projeto de lei nº 234, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Cria o "Certificado Estadual de Inspeção Predial", a ser obtido pelos responsáveis das edificações a cada 5 (cinco) anos.

8 - Projeto de lei nº 235, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Institui a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais do Estado de fornecer, sem quaisquer custos adicionais aos seus clientes, embalagens apropriadas, adequadas e compatíveis com os produtos adquiridos, visando o acondicionamento e transporte das mercadorias.

9 - Projeto de lei nº 236, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Guilherme Furtado Simon" à alça de acesso dos Bairros Recreio Campestre e Recreio Vista Alegre, localizada no km 44 da Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros - SP 340, em Santo Antonio de Posse.

10 - Projeto de lei nº 237, de 2012, de autoria do deputado Adilson Rossi. Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

11 - Projeto de lei nº 238, de 2012, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural, Artística e Esportiva do Estado de São Paulo - ACAESP", em Diadema.

12 - Projeto de lei nº 239, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Institui o Índice Paulista de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nos Municípios - IPAM, a ser calculado e publicado pela Administração Estadual.

13 - Projeto de lei nº 240, de 2012, de autoria do deputado Alex Manente. Dá a denominação de "Adelino Primo Chiorato" à passarela de pedestres localizada no km 174+450 metros da Rodovia Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros - SP 342, em Mogi Guaçu.

14 - Projeto de lei nº 241, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Cria a exigência da inspeção previa e periódica em edificações do Estado, destinada à verificação das condições de estabilidade, segurança e manutenção.

15 - Projeto de lei nº 242, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Dispõe sobre a gratuidade, aos maiores de sessenta anos, no uso dos meios de transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, conforme disposto no §

3º do Art. 39 da Lei Federal nº 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso).

16 - Projeto de lei nº 243, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Professora Eidmar Sancinetti Momesso" à Escola Estadual do Jardim Pires I, em Jaú.

17 - Moção nº 27, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Educação que a cidade de Ribeirão Preto seja incluida no "Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica".

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 219, de 2012, de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso Amary. Dá a denominação de "ETEC Professor Darcy Pereira de Moraes" à Escola Técnica do Centro Paula Souza em Itapetininga.

2 - Projeto de lei nº 220, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara o Município de Brotas "Capital do Turismo de Aventura".

3 - Projeto de lei nº 221, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Obriga todos os Hospitais e Distritos Policiais do Estado a manterem um intérprete dos idiomas Inglês e Espanhol, durante todo o horário de funcionamento, no setor de atendimento.

4 - Projeto de lei nº 222, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Determina que todos os aeroportos do Estado tenham um desfibrilador cardíaco automático.

5 - Projeto de lei nº 223, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Dr. Newton da Costa Brandão" à unidade da Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC em Santo André.

6 - Projeto de lei nº 224, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como Estância Turística o Município de Paulo de Faria.

7 - Projeto de lei nº 225, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival Tanabata", em Ribeirão Preto.

8 - Projeto de lei nº 226, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Espaço Criança", em Brodowski.

9 - Projeto de lei nº 227, de 2012, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Dá a denominação de "Engenheiro Milton Takeo Matsushima" ao viaduto localizado no km 63,900 da Rodovia João Cereser - SP 360, em Jundiaí.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 214, de 2012, de autoria do deputado Alencar Santana. Dispõe sobre o estabelecimento de cotas para grupo étnico racial negro nos concursos públicos da Administração Pública do Estado.

2 - Projeto de lei nº 215, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a entidade Associação Lar Renascer, em Artur Nogueira

3 - Projeto de lei nº 216, de 2012, de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso Amary. Declara de utilidade pública a "Associação Zoófila de Campos do Jordão", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 217, de 2012, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria Estadual da Saúde de oferecer gratuitamente a vacina contra o HPV-Papiloma Vírus Humano para as mulheres que necessitem da imunização no programa público e gratuito de vacinação e imunização.

5 - Projeto de lei nº 218, de 2012, de autoria da deputada Telma de Souza. Dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas em edifícios residenciais, comerciais e industriais do Estado.

6 - Moção nº 26, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Membros do Congresso Nacional para que adotem urgentes providências no sentido da formulação e aprovação de legislação, a exemplo da Lei Complementar nº 135, de 2010, conhecida como "Lei da Ficha Limpa", estabelecendo a penalidade de proibição de votar àquelas pessoas que forem condenadas pela infringência das mesmas condutas dos casos de inelegibilidades, objetivando instituir igualdade de tratamento no cumprimento da lei.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2012, de autoria do deputado Jorge Caruso. Acrescenta § 4º ao artigo 10 da Lei Complementar nº 1.121, de 2010, que dispõe sobre a Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

2 - Projeto de lei nº 205, de 2012, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a implantação de pontos de entrega voluntária de medicamentos vencidos ou não e institui a política de informação sobre os riscos ambientais causados pelo descarte incorreto desses produtos no Estado.

3 - Projeto de lei nº 206, de 2012, de autoria do deputado Jooji Hato. Institui o "Disque-Denúncias de Maus-Tratos aos Animais".

4 - Projeto de lei nº 207, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Lar de Menores Dr. Arthur Ramos e Silva Junior", em Santo Anastácio.

5 - Projeto de lei nº 208, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Estabelece percentuais mínimos a serem respeitados pelas empresas prestadoras dos serviços de internet de "banda larga".

6 - Projeto de lei nº 209, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Institui a Política Estadual de Incentivo à Cultura do Bambu, como parte da política estadual de desenvolvimento agrícola.

7 - Projeto de lei nº 210, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo e a possibilidade de doação de órgãos na carteira de habilitação.

8 - Projeto de lei nº 211, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Ficam vedadas a produção, a comercialização e a oferta gratuita de canudos flexíveis plásticos que sejam destinados à ingestão de líquidos e não estejam individualmente embalados em material hermético oxibiodegradável.

9 - Projeto de lei nº 212, de 2012, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Adelmo Francisco da Silva" à escola estadual localizada no Residencial São Domingos/Jardim Paineiras, em Franca.

10 - Projeto de lei nº 213, de 2012, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dá a denominação de "Prefeito José Massa" à Escola Técnica Estadual - ETE, unidade de ensino tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, em Poá.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 312, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Nicolau Spinelli" ao viaduto localizado no cruzamento da Avenida Castelo Branco com a Avenida Leão XIII, km 2+260m, ao lado do Viaduto Ricardo Cristiano Ribeiro, no km 2+396m, em Ribeirão Preto.

2 - Projeto de lei nº 197, de 2011, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Maria Pereira Lima" à passarela situada no km 12 da Rodovia Anchieta, SP 150, na Capital.

3 - Projeto de lei nº 366, de 2011, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Ivan Simões" ao viaduto localizado no km 126 da Rodovia D. Pedro I - SP 065, em Campinas.

4 - Projeto de lei nº 437, de 2011, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "União Espírita Caminho da Luz", em Ourinhos.

5 - Projeto de lei nº 478, de 2011, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Menorah", em Jundiaí.

6 - Projeto de lei nº 610, de 2011, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Dá a denominação de "Emy Anny Gehring Cardoso" à Rodovia SP 129 no trecho do km 58+100 ao km 75+920, divisa dos municípios de Tatuí e Itapetininga.

7 - Projeto de lei nº 777, de 2011, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Assistência Vicentina de Vila Mascote - Lar Padre Vicente Melillo", na Capital.

8 - Projeto de lei nº 799, de 2011, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Cabo PM Odmar Sartório" à passarela localizada no km 402 da Rodovia Cândido Portinari - SP 334, em Franca.

9 - Projeto de lei nº 946, de 2011, de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso Amary. Dá a denominação de "Mário Moro" ao trevo localizado no km 16 da SP 129, em Boituva.

10 - Projeto de lei nº 987, de 2011, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "Padre Valentim Felipe Stefanoni" à via de acesso ao Município de Pereira Barreto pela SPA-621/310.

11 - Projeto de lei nº 1132, de 2011, de autoria do deputado Edmir Chedid. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 14.533, de 2011.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2004, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado que julgou irregulares o Processo Seletivo da Concorrência Pública e o Contrato celebrado pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER e a empresa Consdon Engenharia e Comércio Limitada, bem como o Termo de Aditivo e Modificativo, constante do Processo TC - 018363/026/00.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 45, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004657/026/97, que verificou irregularidades em contrato firmados entre a FURP e a De Nadai Restaurante Industrial Ltda.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 534, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012479/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 62, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013513/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Spenco Engenharia e Construções Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 63, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004014/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Condor Engenharia e Comércio Ltda.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 65, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004020/026/02 que

verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Paez de Lima construções, Comércio e Empreendimentos Ltda.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 66, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004428/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Simétrica Engenharia Ltda.

19 - Projeto de decreto legislativo nº 73, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016610/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtora Noroeste Ltda.

20 - Projeto de decreto legislativo nº 78, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC -007362/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Múltipla Engenharia Ltda.

21 - Moção nº 3, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários a fim de que não meçam esforços para que a flexibilização do horário do Programa "A Voz do Brasil" seja priorizada e aprovada, frente à importância e repercussão que o assunto representa para toda a nação brasileira.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 537, de 2010, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Antenor Previatelli de Souza" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Mauá.

2 - Projeto de lei nº 615, de 2010, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Dá a denominação de "Dr. Fued Simão" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Taquaritinga.

3 - Projeto de lei nº 952, de 2011, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Doutor Leopoldo Bevilacqua" ao Hospital Regional do Vale do Ribeira, em Pariquera-Açu.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 440, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012477/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Via Engenharia S/A.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 565, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034084/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e CCC Construtora e Comércio.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 1019, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024889/026/99que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e a Construtora CSO Ltda.

7 - Moção nº 18, de 2011, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e aos Líderes partidários para engendrarem esforços no sentido de ser aprovado, com a máxima brevidade possível, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 270, de 2007, que torna obrigatório o fornecimento gratuito, por motéis, de preservativos e de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis.